

## ALFREDO PIMENTA

—Testemunho nos primórdios do seu Centenário\*—

No ano presente a História de Portugal e a História da Cultura Portuguesa comemoram dois centenários muito importantes para ambas: o centenário de Sebastião José de Carvalho e Melo — no que se refere à História de Portugal; e o centenário de Alfredo Pimenta — no que se refere à História da Cultura Portuguesa. Qualquer que seja o ângulo sob que encaremos as efemérides que respeitam às duas personalidades, quer uma quer outra das comemorações merece a nossa reflexão, ainda que o latente fervilhar das paixões nos leve a obliterar a objectividade que deveria presidir — se presidir — à lembrança destes dois homens que, agora, a História julga ou terá que julgar. Mas dois factos fazem divergir as efemérides dos dois centenariantes. Efectivamente, se no caso de Sebastião José de Carvalho nós nos deveremos debruçar na ocorrência conclusa da sua morte, no caso de Alfredo Pimenta comemoramos o primeiro centenário do seu nascimento. O seu nascimento nesta cidade em que me encontro a depor sobre ele, sobre a influência que a sua vida e obra teve em alguns de nós, num testemunho sincero mas que pretendo seja objectivo, como ao homenageado interessaria que o fosse.

E esta lição da objectividade será, com certeza, a primeira das que colhi do seu magistério intelectual, pois, seguindo na esteira de Foustel de Coulanges, ele defendeu a sua magnífica lição para a história, para a história da cultura, para a polémica e para o combate e debate das ideias na seguinte proposição: [*pas de documents, pas d'histoire.*] Razão por que, ao debruçar-se, em análise histórica, sobre a controversa personalidade de Sebastião José de Carvalho e Melo, podia declarar logo à partida: «*E tanto mascararam a personalidade do Marquês, que a História, ao corrigi-la, ao limpá-la das*

---

(\*) Conferência realizada no dia 9 de Janeiro de 1982 no Salão Nobre da Sociedade Martins Sarmento, na comemoração das «Bodas de Ouro» do semanário *Notícias de Guimarães*.

*deformações sob que a sepultaram, chega a hesitar, com receio de ficar aquém, com medo de ir além do que deve. // Parece-nos que Pombal nem foi o monstro que algumas penas procuram criar, nem foi o estadista de génio que uma opinião irresponsável apregoa.»*

Foi esta lição de isenção crítica que Alfredo Pimenta a todos ensinou. E ao cumprir-se o primeiro centenário do seu nascimento outra não pode ser a forma de o encararmos e de o julgarmos, com riscos de o atraíçarmos e de o traírmos. Eis a razão por que estou aqui. Eis a razão por que aceitei o amável convite de Antonino Dias de Castro — meu velho Amigo — para, diante de todos vós que assistis à comemoração da meia centúria do jornal *Notícias de Guimarães*, vos falar de um grande de Guimarães, cuja têmpera era bem vossa, cujo destemor era herdado daqueles barões vimaranenses que, dentro do castelo que é vosso ex-libris, sentiram o palpitar, e provocaram o palpitar, da primeira hora de Portugal. E, a partir de S. Mamede, criaram o País que fomos e hoje tristemente não somos já! Esse homem que evocarei e que convosco recordarei, merece os minutos que aqui gastarmos em meditação: porque todo se deu à sua Terra e à sua Pátria, porque todo se entregou, sem uma dúvida ou um desfalecimento, e sem uma hora de descanso, a fazer o aproveitamento total dos dons que Deus lhe entregou, cumprindo com exemplaridade total o seu dever de homem da sua Terra e de cidadão do seu País — sem receio do ulular dos chacais que tantas vezes lhe saíram a caminho, sem ceder às blandiciosas ofertas que encapotavam os desejos da infamante não verticalidade e sem ter receio de dizer em voz alta aquilo que pensava sobre as ocorrências, sobre os factos e sobre os homens de seu tempo ou de tempos passados.

Porque foi assim, é que eu o admirei devotadamente. Porque foi sempre coerente, é que eu tenho procurado seguir na sua esteira, como tenho seguido no rumo que ajudou a traçar para o meu comportamento. Porque foi assim, é que hoje aqui estou, no cinquentenário do *Notícias de Guimarães*, a dar-vos sobre ele o meu testemunho, já que perto dele vivi, já que nas páginas de seus livros estudei e meditei, já que da sua altíssima personalidade fiz o modelo que me tem servido de amparo e de guia pelos caminhos tortuosos e difíceis que tenho trilhado e palmilhado. Perdoai-me se as minhas palavras ficarem aquém daquilo que de mim os presentes esperavam. Mas acreditai que aquilo que vou dizer é sincero, objectivo, verdadeiro — porque não aceitaria a incumbência que aqui me trouxe se fosse de outra maneira ou tivesse que ter um comportamento diferente. Grato vos estou, pois, por terdes querido estar aqui, presentes e

temunhas desta minha confissão pública. Grato vos ficarei se, quando um dia os meus lábios se cerrarem para sempre, puderdes lembrar esta noite em que vos trouxe o testemunho sobre a personalidade mais rica que me foi dado conhecer, nesta minha vida intensamente vivida, mas de estudo reflectido, e de pensamento e de acção, tendo como meu Mestre a figura ímpar de Alfredo Pimenta.

Chegou, pois, o momento de testemunhar, — repito — objectivamente, sobre esta figura ímpar, como me propus. E vou dar início a esse testemunho. Eu conto. Estava em vésperas do meu exame de instrução primária quando, ao remexer papéis velhos, deparei com um artigo do jornal «A Voz», em que o inconfundível autor escrevia sobre uma *opereta* de Campos Monteiro, que tinha por tema «Maria da Fonte». Então, como é de calcular, mais pela temática e pelo nome da famigerada revolucionária que fez tremer um trono com a sua insubmissão, do que pelo nome que assinava o artigo, eu deitei olhos ao arrazoado. E fiquei deslumbrado pelo que se dizia e pela forma como eu, em grande parte, percebera o artigo. Percebera e — mais! — gravei na memória algumas ideias, entre as quais aquela que ia motivando a minha reprovação nesse exame de instrução primária: «a monarquia liberal não passava de uma república coroada»! Pois tanto me deslumbrou a afirmativa que, dias depois, a repeti à minha examinadora de história, com absoluto estarrecimento do presidente do júri, que era republicano histórico e participante na revolução do 31 de Janeiro... Passado este escolho, tirei uma conclusão das angústias de meus familiares: havia palavras, havia conceitos, havia afirmações que era perigoso repetir em público. Mas isso importava menos do que o estarrecimento que verificara no presidente do júri ao ouvir de meus lábios de menino aquela afirmação que estalara como um látigo: a monarquia de D. Manuel II era uma república coroada; a verdadeira monarquia terminara em 1834 com El-Rei D. Miguel I!

Tão forte foi a impressão e tão radicada me ficou esta verdade que ainda hoje mantenho a afirmação feita com a idade de nove anos, aquando do meu exame de instrução primária!

Entretanto, em casa, nos livros de meu pai fui encontrar o mesmo Alfredo Pimenta a assinar um livro polémico contra o Bispo de Bragança: e se melhor o vi mais prontamente o fui devorar às escondidas, pouco percebendo do que lá se dizia, mas verificando que o Bispo apanhava uma tunda que me regalava e me deslumbrava... Era o início da minha admiração pelo polemista rijo e denodado que não tinha peias quando tocava a hora de dizer a verdade, toda a ver-

dade, não importando tanto contra quem se litigava dado que a verdade era universal e só ela interessava na pugna que alertava os circunstantes. Li esse livro que ainda tenho hoje e que guardo com carinho. Pois posso dizer, em abono da verdade, que aí se começou a formar a minha biblioteca de estudante liceal, biblioteca que iria aumentando à medida que ia crescendo e formando as minhas ideias. Devo declarar, também, que não mais abandonei a leitura dos artigos do jornal «A Voz», onde, às sextas-feiras, lá estava o meu autor favorito numa secção a que dera o título de «Tribuna Livre». Posso declarar também que a minha formação mental muito ficou a dever a estas leituras juvenis sem desprezo por aquelas leituras próprias da mocidade e da meninice, entre as quais avultavam o Ali Bábá das «Mil e Uma Noites», o «Texas Jack» e o «Sherlock Holmes», etc. Tudo isto misturado pode deixar supor que a minha cabeça deveria ser um torvelinho. Mas, realmente, não era. Pois, embora à mistura lá estivessem o Camilo, o Júlio Dinis, o Eça de Queiroz e uns romances brasileiros de Alencar — tudo isto havia de ter, ao diante, muita importância na minha vida literária. Então, eu apenas recolhia materiais que, mais tarde, me haviam de ser úteis.

Foi no sexto ano do Liceu que eu defrontei, verdadeiramente, Alfredo Pimenta quando, para estudar História, tive de adquirir, de ler e de estudar, os seus «Elementos de História de Portugal». Para os meus quinze anos, era um livro difícil que exigia de mim uma reflexão e uma atenção que a tenra idade me não dera ainda. Porém, não fora por acaso que Alfredo Pimenta apostara nos novos como eu e como os meus companheiros. Ele escrevera na «Prefacção» que antecedia o texto histórico: «À primeira vista, poderá parecer que este livro é excessivamente pesado para estudantes do Liceu. // // Oçam-me. // Os estudantes não são todos iguais. Oferecem-nos uma escala que vai dos melhores aos piores: dos mais inteligentes e mais ousados, até aos mais obtusos e mais lentos. Entendo que os livros devem ser feitos para os primeiros, e não para os outros. // Estes limitar-se-ão ao que podem, guiados pelos professores; aqueles aproveitarão tudo o que se lhes fornecer, e com isso a cultura portuguesa só terá a lucrar. Não devemos sacrificar as inteligências superiores às mediocridades inertes».

Esta era a primeira aposta que Alfredo Pimenta propunha à minha geração. Era a primeira vez que eu tinha de estudar por um texto diferente e difícil, mas não tão intrincado que me conduzisse à sua rejeição. Era a primeira vez que ele se dirigia a nós, jovens, apostando na nossa inteligência e na nossa força de vontade para vencer-

mos os escolhos. Ele apostou em nós e nós tínhamos de corresponder à sua expectativa, e às suas esperanças, ganhando um óptimo guia de escolaridade e um óptimo mestre para a vida que ante nós se começava a rasgar. Ele venceu a sua primeira aposta colectiva. E nós fomos dignos dessa aposta.

Os «*Elementos de História de Portugal*» foram no tempo uma pedrada no charco da investigação histórica nacional, tais foram as ressonâncias do seu conteúdo e da sua mensagem. Se para nós fora um novo compêndio, diferente de todos os outros — com excepção dos compêndios do Dr. António Gonçalves Matoso, referentes à História Universal desde o Egipto até à Idade Contemporânea — para a cultura portuguesa ele fora um sobressalto e um espanto. E a demonstrar o que afirmo, havia de ver esta verdade verificada com depoimentos idóneos quando adquiri o volume em que Alfredo Pimenta publicava os textos das reacções ao seu livro mais recente — volume que ele intitulou «*Os Meos 'Elementos de História de Portugal' e a Crítica*». Vale a pena, ainda hoje, lê-lo, para se verificar como reagiram perante o novo texto aqueles intelectuais e aquelas personalidades que constituíam a «inteligência» portuguesa da primeira metade da década de trinta! E os nomes, eram, sem favor, o melhor que se podia arrumar na judicção de um texto, que era polémico... até por ser novo no fundo e na forma, na técnica e nos processos. Pois, efectivamente, lá estavam os juízos seguros de Manuel Múrias e do jesuíta Padre Domingos Maurício; do Capitão-tenente Tancredo de Moraes, cuja opinião era diferente, ideologicamente, da de Alfredo Pimenta mas, no entanto, como o afirma o autor do volume, ela era «digna de reparo pela cortezia, pela nobreza e pela independência que revela». E logo, na peugada destes, vinham os nomes do Professor Gustavo Cordeiro Ramos, de Leonardo de Castro, astro fulgurante de luz da Ordem Franciscana, do Professor Joaquim de Carvalho, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e um dos espíritos cimeiros da Universidade Portuguesa e da Cultura Lusíada; do grande Mestre que foi o Professor Ricardo Jorge, do Dr. Armindo Monteiro, do Professor Doutor António de Oliveira Salazar, figura de proa que dispensa qualificações; do General João de Almeida, de Hipólito Raposo, do Dr. António Augusto Pires de Lima, do Doutor Paulo Durão, S. J., do escritor Antero de Figueiredo, do Professor Armando Cortezão, — mestre de Cartografia —, de Henrique de Paiva Couceiro e, finalmente, do Cardeal — professor e doutor da Universidade de Coimbra — D. Manuel Gonçalves Cerejeira.

Adquiri o livro em que estavam estampados estes testemunhos quando escolar de Letras, na Coimbra Doutora. Corria o ano de 1943. Adquiri-o e fui logo para casa lê-lo e analisá-lo. A minha formação cultural progredira muito. Mas as provas impressas naquele volume eram um documento que eu por nada desejaria perder. Pois, fossem quais fossem os quadrantes de onde tinham brotado aqueles pareceres, eu tinha diante de meus olhos o maior acervo documental sobre a valia daquele livro em que fizera ou dera os meus primeiros passos na cultura histórica. E eu, desde há muito, tinha eleito como Mestre do meu juvenil pensamento esta personalidade singular, que tanto elaborava um volume erudito como esgrimia as armas intelectuais numa polémica contundente; que burilava tão bem um poema como elaborava uma crítica erudita; que tão transparentemente expunha suas ideias claras e lúcidas numa conferência como ensinava religião e teologia a purpurados. Ele surgia-me, nos fins da minha adolescência, como o Mestre que encaminha os mais novos e que, com suas lúcidas e sinceras palavras, nos aconselhava o melhor livro, esclarecia o que nós desejávamos ver claro, nos guiava nos caminhos tortuosos da floresta de enganos literários e ideológicos e tinha sempre tempo para nos ouvir, para nos ajudar e para nos esclarecer.

Chegara a esta conclusão, e era bem acompanhado nela por D. Manuel Gonçalves Cerejeira — minhoto como nós — quase nosso vizinho, do Concelho de Famalicão, e que aqui em Guimarães fez o seu Curso Liceal. Do livro que se gravara na minha inteligência e na minha sensibilidade, o eminente purpurado, Professor da Faculdade de Letras onde eu seria estudante-aprendiz, declarava sem ambages e sem subterfúgios: «louvo-o e felicito-o sinceramente pela sua valiosa tentativa de dotar Portugal com um livro de história cristã e portuguesa». Esse livro era os «*Elementos de História de Portugal*» que se encontra esgotado há mais de quarenta anos, não podendo, pois, guiar com a sua mensagem e esclarecer com a sua doutrina como era desejo do seu autor. Hoje, os mais novos ignoram-no. De quem a culpa? Quem os priva deste pão cultural? Quem o esconde e o sonega? Responda quem souber, que, de mim, não sei. Por isso, falo sobre a presença da obra de Mestre Alfredo Pimenta em mim e na minha geração, porque essa testemunhei-a e vivi-a. Do resto, não curo.

Estes anos da década de trinta foram profícuos para o autor dos «*Elementos*», pois é durante este lapso de tempo que ele publica o volume notabilíssimo dos «*Subsídios para a História de Portugal*» no qual tem a coragem de pôr verticalmente a razão da sua investigação histórica: «No polo oposto ao de Herculano, nunca «procurei

esquecer-me de que sou português». E estou certo de que se algum dia caísse na fraqueza, ou no pecado, de o tentar não conseguiria alcançá-lo». Palavras que definem um carácter e que explicam tantos ódios que o feriram e ainda ferem. Ele fazia o que os outros não tinham coragem de fazer ou que blandiciosamente escondiam para calmamente perpetrarem suas traições. Eis porque têm hoje profunda razão de ser as ideias que ele expunha no livro que acabo de mencionar: «Não é do alcance do homem a verdade supra-nacional. Em História, no capítulo da apreciação dos acontecimentos, todas as verdades devem ser nacionais, sob pena de passarem a ser anti-nacionais. // Em História, no capítulo da apreciação dos factos, o critério da verdade não pode deixar de ser um só — o do interesse nacional. // Nestas condições, como historiador, longe de procurar esquecer-me de que sou português, faço, ao contrário, tudo, para ter sempre bem presente no meu espírito, essa qualidade». Era assim que pensava Alfredo Pimenta. Mas não pensava só para si e para o seu foro íntimo. Pensava-o e declarava-o em voz alta, numa afirmação de virilidade intelectual que hoje, num mundo emasculado, causa espanto e causa admiração. Como era diferente o seu ensinar e como era diferente a sua luta para impor a sua verdade, que era, apenas, a verdade portuguesa.

«E esse «ser assim», tanto se manifestava nos volumes de história como surgia em cada página dos seus livros de pensamento e de erudição. Senão, leiam-se as páginas de monumental saber dos *«Estudos Filosóficos e Críticos»* publicados em 1930, com prefácio de Ricardo Jorge, e que Alfredo Pimenta dedicou ao Professor Joaquim de Carvalho, que já referi; senão, vejam-se os *«Novos Estudos Filosóficos e Críticos»* que a «Imprensa Nacional» deu a público em 1935. É sempre a mesma posição intelectual, é sempre a mesma linha de conduta. Essa podia diversificar-se nas suas actividades; mas o homem e o intelectual que surgiam diversificados nas várias faces do seu poliedro cultural, eram uma só pessoa e daí a estranha coerência que tinham todos os seus escritos e a estranha dose de sinceridade e de verdade que o tornaram querido de todos os jovens, até porque diferente de todos os outros que queriam ser guias de juventude: ele nem era medroso, nem mentia, nem tomava posições ambíguas; e, nos seus processos de trabalho, ele amava acima de tudo a verdade, a pura verdade e nada mais. Daí que, à medida que a sua obra crescia, a juventude o procurasse e ele não se negasse a esclarecê-la e ouvi-la para depois indicar qual o melhor caminho para alcançar a verdade.

Pois é nestes anos da década de trinta que se começa a desenhar a personalidade inconfundível de guia de juventude. As sementes lançadas à terra nas folhas dos «*Elementos de História de Portugal*» iam germinar e iam começar a dar os seus primeiros frutos. Todos nós os tínhamos lido, mas a obra de doutrinação do autor de «*Fuero Real*» ainda não rompera na plenitude que viria a atingir nos anos de quarenta. Os anos anteriores haviam sido de grande turbulência intelectual e artística. O país estava a dar uma grande volta, estava a operar-se uma grande transformação que culminaria no ano dos Centenários. Mas as perplexidades, as interrogações, as inquietações no distinguir entre o *sim* e o *não* podem ver-se patentes nas colunas dos jornais de cultura que pululavam em todos os sectores, eram de todos os matizes, apresentavam as cores mais diversas. Era o «*Fradique*» de Tomaz Ribeiro Colaço; era o «*Bandarra*» de Pedro Correia Marques; era «*O Diabo*» com vários directores; era o «*Sol Nascente*»; era o «*O Pensamento*» de Amorim de Carvalho; era o «*Avante*» da Acção Escolar de Vanguarda. E nós líamos tudo, absorvíamos tudo, discutíamos muito e de tudo e sobre tudo!

Eis porque a messe era larga e era necessário que surgisse um recolhedor para tantas promessas em potência. É então que Alfredo Pimenta marca com uma conferência a sua atitude de intelectual reflexivo, quando profere no salão da Biblioteca Geral da Universidade uma conferência em que ele analisa o seu caso e põe a nu, à luz do sol, a história da sua vida e da sua evolução, em declaração pública que foi uma lição de dignidade intelectual e que foi, simultaneamente, um acto de fé e de humildade. Chamou-lhe «*A Evolução dum Pensamento*», sublinhando este título de um subtítulo esclarecedor: «*Auto-Biografia Filosófica*». Ao lerem-se, hoje, as trinta e quatro páginas do texto proferido em Coimbra no dia 6 de Maio de 1935, ainda sentimos o frémito do espírito que as animou. É que descarnadamente se põe diante de uma geração o drama individual de um intelectual na tormenta. Exposição animada pelo testemunho candente do seu autor — para que todos vissem quais os caminhos por onde andara sua alma ingénua, atolada de negativismo e de revolucionarismo, e como, sem auxílio de ninguém, apenas guiado pela sua inteligência e pela sua razão, se libertou de toda a ganga passada para atingir a luz radiosa do sol que esmalta e aquece toda a verdade. O entrechoque entre as suas palavras e os seus auditores deve ter sido tremendo. Para Alfredo Pimenta, que o não temia, deve ter sido como uma auscultação positiva. Coimbra vivia os passos revolucionários da «*Seara Nova*» e da «*Presença*». Se uma das facções era

de natureza literária, a outra já não o era tanto. Foi esse público que ele defrontou e foi esse público que ele teve a contestá-lo e a discutir-lo. Quem queira hoje saber ou auscultar o que isso foi, basta ler as páginas do romance «*Porta de Minerva*», de Branquinho da Fonseca, em que esta pedrada no charco vem dada em pormenor; e ainda em contestação com Alfredo Pimenta, embora perto de vinte anos distassem da lição na Biblioteca da Universidade e a data da publicação do romance, que veio a lume em meados da década de quarenta. Mas, de qualquer forma, «*A Evolução dum Pensamento*» afigura-se-me ser um marco crucial na acção intelectual que, a partir de então, Alfredo Pimenta passou a ter na vida portuguesa. Pois, como já devem ter reparado, todas as suas publicações evidenciavam que ele se apercebia do muito que havia a fazer para que a generosa messe para quem ele escrevera os seus «*Elementos de História de Portugal*» não se perdesse e não caísse na sedução vermelha que ia bater às portas de Espanha, um ano depois, na sua angustiante mensagem de sangue, de ruína, de fome e de guerra.

Nós, os mais novos dessa época fervilhante, bem sei que começámos, como já foi dito, a procurar os artigos de Alfredo Pimenta nos jornais que então se publicavam e nas revistas e publicações que os inseriam: lá estava o jornal «*A Voz*» onde, às sextas-feiras, Alfredo Pimenta assinava a secção «*Tribuna Livre*»; lá estavam os folhetins do «*Diário de Notícias*», onde surgia a colaboração de Alfredo Pimenta na secção «*Cultura Portuguesa, Cultura Estrangeira*», e onde se inseriram as páginas lapidares dos três volumes de «*Estudos Filosóficos e Críticos*»; e líamos as páginas do «*Bandarra*» com as suas colaborações e, nos jornais de Província, líamos os artigos de Alfredo Pimenta, publicados por Manuel de Araújo no «*Correio do Minho*», e de que era director então; e líamos as páginas de uma revista que durante cinquenta anos sobreviveu a todas as contingências, mantendo galhardamente a sua linha vertical — aqui na vossa terra, neste coração do Minho arcaico e que foi a «*Gil Vicente*» que Manuel Alves de Oliveira fundou e dirigiu.

E também é verdade que o líamos nas suas polémicas, em jornais ou em pequenos volumes, já com o Padre Miguel de Oliveira no célebre «*Do meo Fideísmo, da Theologia das «Novidades» e do mais que adiante se verá*», já com o Coronel Costa Veiga e reunida, em 1936, no fólho «*Polémica Histórica com o Sr. A. Botelho da Costa Veiga*»; também seguimos as polémicas com o Padre Magalhães Costa, nas colunas do «*Diário do Minho*» e a polémica com Queiroz Veloso. Líamos tudo, ouvíamos falar de tudo e íamos procurar elementos para

nos informarmos e para podermos tomar passo na grande marcha a que tínhamos direito de dar a nossa adesão e a nossa presença: a marcha da vida que nós — voluntariamente — tínhamos escolhido. E não se pode dizer que não fossemos amplamente esclarecidos pelos jornais que líamos, pelas revistas que investigávamos, pelos folhetos que adquiríamos com os tostões, poupados, da nossa escassa bolsa juvenil. Líamos e gostávamos de ler. Líamos e os grandes nomes começavam a ser conhecidos por nós. E nós desejávamos saber mais deles, ter mais livros deles, ter mais elementos para que as fases mais cruciais e mais violentas de afirmações não se perdessem por ignorância do elenco. Eis porque posso recordar isto tudo, hoje e aqui, quase sem consultar um livro, ou necessitar de reler um livro. Vivi a minha época profundamente; vivi a minha juventude em plena paixão cultural, empolgado com as lutas gigantescas de inteligência que durante ela se travaram e que chamavam à arena da pugna nomes grandes e ilustres. Que li, e conheci, sem distinção de partido ou de cor; mas que, à medida que os conhecia e tratava e estudava, faziam avultar cada vez mais esse homem que, embora de pequena estatura, foi um gigante que nunca e ninguém vi ultrapassar: Alfredo Pimenta.

Veja-se, a exemplo, como ele na praça pública desmistificou um plagiador, nas colunas do jornal «*A Voz*», poucas horas antes de se consumir a burla e o esbulho. Refiro-me à tese de Doutoramento de André Velasco sobre Aristóteles, denunciada na hora exacta que antecedeu a sua ascensão a doutor. A tese fora integralmente plagiada de um volume de um investigador francês e só lhe faltavam escassos capítulos que se referiam ao ensino gaulês e que nada diriam ou acrescentariam a um auditório de professores e alunos portugueses. Foi uma bomba. E eu testemunhei-o pelas repercussões que escutei, já escolar em Coimbra. Quando nisso falei a Alfredo Pimenta, o que mais me impressionou foi ele responder-me: «Sabe? o plágio impressionou-me menos do que uma outra acção ligado ao texto plagiado: é que o André Velasco dedicou a sua tese de doutoramento ao filho que pouco mais era do que criança! Como pôde ele fazer isso?! Dedicar um roubo a uma criança inocente?!» Era assim o carácter de Alfredo Pimenta e tem de ser visto, analisado e julgado à luz dessa sensibilidade apuradíssima que desta forma dava seu parecer sobre os homens e os factos.

Em polémicas como a de «*Os Prémios Literários de 1936 do Secretariado de Propaganda Nacional*»; em folhetos de profundo valor documental como «*O Pensamento Político do Senhor D. Manuel II Através das Suas Cartas*», datado de 1932, ou em análises jurídicas,

como em 1954, sobre «*Os Bens da Casa de Bragança*»; na publicação dos primeiros «*Estudos Históricos*»; em problemática histórica ultramarina como «*Chaimite*», datado de 1936; em artigos na imprensa metropolitana e ultramarina em que colaborou assiduamente; em volumes de pura análise e investigação histórica como «*Vinculos Portugueses*», logo nos alvares da década de trinta e que a «Imprensa da Universidade» de Coimbra lançara a público, ou então na biografia gigantesca de novidades, de saber histórico e de trabalho de revisão oportuna e necessária, a que deu o título de «*D. João III*» — gastou Alfredo Pimenta os anos todos desta época de profunda vivência, de profícuo trabalho e de exaustiva actividade intelectual. Era homem para todos os temas, para todos os trabalhos históricos ou filosóficos. Era homem incansável e de não virar o rosto a quem o chamasse a terreno literário ou histórico!

E nós, hoje, ao passarmos os olhos muito de relance sobre a obra monumental, legada nesta década, não sabemos que mais admirar, se a sua exaustiva capacidade de trabalho, se a sua incomensurável capacidade cultural, se a sua infinita preparação para fazer frente a todos os problemas que debateu, que estudou e que nos transmitiu. Reparar que a mais completa bibliografia de Alfredo Pimenta, apensa ao «*Terceiro Livro de Estudos Filosóficos e Críticos*» — obra póstuma, editada em Braga em 1958, pelo editor Fernando Vilaça da «Livraria Cruz», a cuja memória presto a minha homenagem saudosa — os títulos bibliográficos sobem a 167 espécies, havendo ainda menção, pelo menos, de um trabalho inédito! Mas devo acrescentar que, nesta lista bibliográfica, não estão incluídos os dois livros de poesia «*Eu*» e «*Para Minha Filha*», bem como o «pamphleto de crítica social» — «*Burgo Podre*», escrito de colaboração com o escritor vimaranense Eduardo de Almeida. E isto alarga a bibliografia de Alfredo Pimenta, desde logo, para 170 títulos, muito embora estes três títulos tivessem sido esquecidos pelo seu autor. Assim, e olhando datas, a partir de «*Eu*» de 1904, até chegarmos ao ano de 1940, veja-se o caminho percorrido e os marcos que Alfredo Pimenta foi deixando pela sua estrada larga; larga e extensa! Poemas, filosofia, estética, pedagogia, análise política e social, história — de tudo deixou testemunhos, de todas as coisas deixou marcas, num trabalho extenuante que não sabemos a quem comparar, dado que além de escrever e publicar, ele tinha ainda as suas ocupações sociais, tinha ainda a sua família, tinha ainda a sua função pública que exercia pontualmente, e tinha as suas horas de leitura, e o convívio com amigos... e as férias — o

mês de férias, convosco, vimaranenses, na sua casa, já histórica, da Madre de Deus.

Mas se as épocas transactas tinham sido esmagadoramente trabalhosas, a década em que se iniciavam os Centenários não ia ser de menor trabalho e de menor importância. Se tomarmos como ponto fixo a sua conferência, aqui proferida nesse ano longínquo de 1940 — «*A Fundação e a Restauração de Portugal*» — e o trabalho, da mesma data — «*Guimarães*» — editados ambos pela Câmara Municipal da cidade em que Portugal teve o seu berço, veremos que esses dois livros, aparentemente simples, vão ser o ponto de partida para uma actuação muito mais profunda e mais séria: vai ser uma década trabalhosa, e mais trabalhosa porque nela, Alfredo Pimenta, sem abandonar nenhum dos trabalhos que tinha em mãos, vai dedicar-se, até quase ao esgotamento, à doutrinação da juventude, essa juventude que estava a ser aliciada para a comparticipação numa frente demagógica em que seria enganada e ludibriada. Como mais velho e com a experiência de tudo o que tinha sofrido para se libertar da corrosiva acção de filosofias estranhas e deletérias, que ele analisara na «*Evolução dum Pensamento*», vai dedicar-se, pois, à doutrinação dos mais novos, junto dos quais tinha influência e junto dos quais ele sentia a pureza carinhosa de uma fraternidade que não relegaria nunca para segundo plano. E nessa atitude de carinho para com os novos, Alfredo Pimenta não vai sacrificar a verdade para ganhar prosélitos. Nada disso estava no seu carácter. Vai ser muitas vezes dolorosamente cauterizante, como na polémica com Salvador Dias Arnault, nas páginas da revista «*Estudos*» do C. A. D. C. de Coimbra. Mas o só já dar atenção aos trabalhos de um novo era, de si, uma prova de interesse e de carinho. E que isso era assim, e vai ser sempre assim, verifica-o a minha geração quando, nas páginas do jornal «*Acção*», José Sebastião da Silva Dias escreve e publica um artigo polémico intitulado «*Toque de Clarim*» que iria dar origem a uma das polémicas mais sérias de toda a década. Alfredo Pimenta, respondendo ao autor do artigo, suscitou uma série de debates em que foram incluídos alguns dos testemunhos da geração que esboçava os primeiros voos intelectuais no ano de 1940. Não poderei citar todos os nomes, porque o faço de memória e não pude consultar o jornal em que a polémica se travou. Mas recordarei os nomes de António Carlos Leónidas e o de Arnaldo Miranda Barbosa, infelizmente já desaparecidos. Foram meses de debate, os meses do Verão e Outono de 1941. O finalizar da polémica verificar-se-ia na «*Sala Salazar*» da Faculdade de Ciências do Porto, numa conferência para que a juventude do Porto, chefiada pelo

escolar Salta, hoje médico, convidara Alfredo Pimenta. E a conferência intitulou-a ele de «*Palavras à Juventude*». E respondendo aos quesitos postos na referida polémica em que Alfredo Pimenta fora atraído pelo jornal em causa, ele escrevia nos dois últimos parágrafos: «E grita «Mocidade Portuguesa» aos manipanços interesseiros e pérfidos, que não te tolgem inquietações ou dúvidas, que não te embaraçam superstições ou receios, porque a tempo e horas ouviste os que te ensinaram a crer em Deus, a crer na Pátria e a crer no Rei! // E quem crê em Deus, na Pátria e no Rei, sabe o que quer e para onde vai!»

Esta conferência, escrita na Madre de Deus, teve uma retumbância incalculável. Cerca de um milhar de jovens estava presente e não houve sabotagem que não fosse tentada, como não houve sabotagem que não fosse vencida. Viéramos de todos os pontos que cercavam a Capital do Norte! E nós, os de Braga, tínhamos andado de porta em porta a pedir esmola para levamos uma camionete, o que conseguimos. Quando chegou a hora da partida... partimos sem jantar. E fomos ao Porto para escutar a voz do Mestre, o «santo e a senha» da sua mensagem. A conferência foi proferida na noite de 31 de Outubro, uma noite tão povoada de esperanças radiosas que a nós nos parecia mais uma noite de Primavera do que uma noite de Outono...

Mas se essa fora a conferência feita para nós, de caras, pelo grande mestre do nacionalismo integral, meses antes — a 1 de Março — escutara eu uma outra, a nós dirigida também, mas à inteligência nacional em sentido lato, e na qual Alfredo Pimenta, a propósito da demagogia que estava a reinar por ocasião dos centenários dos «Vencidos da Vida», respondia, repondo as coisas no pé em que deviam ser analisadas e estudadas. Refiro-me a «*Mestres do Pensamento*», proferida no salão nobre do Ateneu Comercial de Braga. Apresentara-o o Dr. Augusto César Cerqueira Gomes que, a terminar, tocara o ponto sensível da doutrinação de Alfredo Pimenta, dizendo: «A sua História de Portugal é, depois do catecismo, o livro que eu quero que os meus filhos tragam mais diante dos olhos e dentro do coração. O catecismo ensina-os a serem bons cristãos. A sua História de Portugal ensiná-los-á a serem bons portugueses». Esta conferência foi uma nova lição de Mestre e havia de suscitar uma troca de escritos com «*O Século*» que aceitara de mau grado os remoques feitos à sua planificada série de conferências sobre os «Vencidos da Vida». A essa troca de remoques, deu Alfredo Pimenta as respostas necessárias e convenientes para pôr fim à polémica que então se esboçava.

Estamos nos primeiros anos da década e se em 1940 Alfredo Pimenta mostrava os seus receios sobre o futuro que se aproximava de todos nós com passos cautelosos e subreptícios, como ele o esplanava no «*Garantir o Futuro*», o ano seguinte vai ser mais contundente, porque o ataque à Europa era global e podia dizer-se altamente perigoso para ela. É nesse ano que Alfredo Pimenta publica o opúsculo em que se reuniam alguns artigos publicados no jornal «*A Voz*», em edição que ficou a dever-se ao «Grupo de Anti-Comunistas de Guimarães» e que se intitulava «*Contra o Comunismo*». Ainda hoje é um opúsculo que vale a pena ser lido; da mesma forma que vale a pena ser lido o novo fascículo «*Contra o Comunismo*», publicado em 1944, e no qual analisava comparativamente as encíclicas «*Mit Brennender Sorge*» e «*Divini Redemptoris*». Aqui toma relevo a fase polémica de Alfredo Pimenta, durante a qual publicou inúmeros folhetos, porque a conspiração do silêncio lhe retirara órgãos de imprensa diária em que pudesse defender as suas doutrinas e os seus pontos de vista, órgãos onde pudesse prosseguir na sua cruzada em prol da juventude que via atacada, subornada e ameaçada por todos os lados. São desses anos o «*Eu e as Novidades*»; o «*Escritor Ingrato a Uma Crítica Justa*»; «*A Igreja e os Regimes Políticos*» e o seguinte «*Aditamento*»; «*Os Processos Jornalísticos do «Correio do Minho»*».

É evidente que nestas páginas de polémica terá perdido Alfredo Pimenta muitas horas que gastaria, proficuamente, nos seus trabalhos históricos ou filosóficos. Mas é também certo que, simultaneamente, devido à amizade de Manuel Alves de Oliveira publicava na, então, benemérita «*Gil Vicente*», títulos de ensaios integrados na revista e depois surgidos em separata: «*Teófilo Braga*», «*Breves Notas ao Soneto Alma Minha Gentil...*», «*Eugénio de Castro na «Poesia Portuguesa»*» e «*A Estilística Portuguesa do Sr. Rodrigues Lapa*». Como se vê, as incursões polémicas de Alfredo Pimenta não revertiam em descuido de seus outros trabalhos e labores intelectuais. Posso até admitir que a acutilância dos primeiros redundaria numa maior ductilidade na expressão que apresentam os segundos e que hoje enaltecem a tábua bibliográfica do escritor que honra Guimarães e a cultura portuguesa.

E, se repararmos melhor e com melhor e maior atenção, não são destes anos tumultuosos volumes de profundo saber e investigação como «*Idade Média — Problemas e Soluções*», o «*Fuero Real de Afonso X, o Sábio*», «*As Fontes Medievais da História de Portugal*» de que só foi publicado um volume quando o autor tinha programado outros que a morte impediu de levar até ao fim? E não são, também,

destes anos, os pequenos volumes dos «Clássicos Portugueses» — «*Crónica da Tomada de Ceuta*», «*Os Historiadores de Alcobaca*» e o «*Frei Luís de Sousa*»? Porque roubar à polémica o lugar relevante que ela teve na vida e na obra de Alfredo Pimenta? Porquê acusá-la de lhe ter roubado o tempo que ele utilizaria de outra forma e em outras obras? Deixemos que este escravo do trabalho e da cultura tenha, ao menos, algumas horas de repouso nesta sua distração, a maior parte das vezes em defesa da «domo sua» que era a sua praça cultural, poética, científica, filosófica e erudita. Deixemos ou deixem, ou concedam que ele ao menos pudesse guiar as suas próprias apetências, os seus direitos de resposta a quem o desafiava na cidadela do seu muito saber e do seu muito e pertinente trabalho. E quando nós, anos depois de a crise amainada, voltamos a reler estas páginas candentes de vida e de muito saber, ainda nos sentimos empolgados, ainda nos sentimos tomados do mesmo entusiasmo a que nos conduziu a primeira leitura, nos anos longínquos da nossa adolescência e da nossa juventude. Alíciantes páginas essas que não morreram e que não envelheceram!

\*  
\*   \*  
\*

Vou-me aproximando do fim deste depoimento e creio que é o momento de entrar numa reflexão mais íntima, essa de que nasceu a minha profunda amizade por este único Mestre de Pensamento que tive e que me guiou nos anos prístinos e me guia ainda nos anos encanecidos de hoje...

Abro um dos meus livros de autógrafos e folheio. Folheio e recordo. Recordo e penso e o acto de pensar dá vida e colorido a essas folhas que o tempo amareleceu. Tantas que já morreram! Lá estão Eugénio de Castro, António Ferro, Campos de Figueiredo, o Pintor Fausto Gonçalves, o Pintor José Contente, o Poeta algarvio António Pereira, o compositor musical espanhol Ernesto Halfter, o romancista italiano Vincenzo Spinelli, o grande mestre de pensamento, Plínio Salgado. A todos arrebatou a morte do nosso convívio, do nosso calor humano, da nossa ternura! Mas também lá estão os vivos: o Padre Dinis da Luz, o Padre Moreira das Neves, o poeta Rui Cinatti, o romancista Virgílio Godinho, o teorizador germânico da Geo-política — Hermann Lautensach, os Pintores Thomaz de Mello e António Lino. Nestas folhas está todo um tempo que eu desejei fixar, que eu desejei conservar vivo, que eu desejei perpetuar. E é por

isso que eu, através de um livro de autógrafos, posso dizer-vos que lá está assinalado, através de um autógrafo — o quarto — a data em que falei pela primeira vez com Alfredo Pimenta. Foi na tarde do dia 26 de Outubro de 1942.

Nessa tarde, o «grupo dos amigos de Braga» — como lhe chamava Mestre Alfredo Pimenta, arrastara-me com ele até à Madre de Deus e eu cá viera dar na companhia de Cerqueira Gomes, de Manuel de Araújo, de Sérgio da Silva Pinto. Cá viera dar e aqui conheci essa personalidade singular que se chama Manuel Alves de Oliveira, que nos acompanharia durante a visita.

Foi, para mim, uma tarde inesquecível e Alfredo Pimenta esteve plenamente à altura daquilo que a minha perplexidade esperava da sua presença física. Foram horas que se escoaram como segundos. Escutei mais do que falei, porque o que eu queria era ouvi-lo, era estudar os seus raciocínios claros e límpidos, analisar as suas deduções lógicas, avaliar, ao vivo, a sua muita erudição e o seu muito saber. E tudo isso me foi dado em pleno, gratuitamente, com a adjuvante de Alfredo Pimenta me interrogar, aprofundadamente, sobre os problemas da juventude, sobre os problemas do meu tempo vistos através da minha óptica. Quando a tarde já ia perto do fim, abraçamo-nos e no aperto dos nossos peitos verifiquei que tinha feito um amigo e, mais do que isso, que tinha ali, nesse instante, ganho um guia e mesmo um companheiro para os passos futuros da minha caminhada.

A partir dessa tarde — sobremodo rica — em que ganhara dois amigos — Alfredo Pimenta e Manuel Alves de Oliveira — a minha conduta mais radicalmente se firmou. As ideias estavam certas e o meu Mestre de Pensamento ateara o fogo de esperanças que eu nele vinha depositando desde a minha idade juvenil.

Mais batalhas da inteligência bordariam os anos futuros. E se até então eu fora um comparsa interessado, mas, de certo modo, frio, a partir dessa tarde de 26 de Outubro de 1942, eu seria também um clarão febril de emoções, um arauto daquelas doutrinas nas quais ele me formara e a que dera o testemunho vivo do seu calor humano, o testemunho vivo de uma inteligência «cultíssima e lucidíssima», como a classificara o Cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira.

Foram duras as batalhas que Alfredo Pimenta teve de travar nos anos que se seguiram ao nosso encontro. Tinham-lhe cortado — como já referi — as fontes de comunicação com o grande público e ele passou a usar o folheto que, afinal, valia mais do que todas as folhas impressas que se lhe negavam. E é exactamente nessa guerra

de folhetos que Alfredo Pimenta publica algumas das mais violentas páginas de polémica. Pois nelas estão as polémicas de «*Para a História da Academia Portuguesa da História*», a «*Carta Pública ao Sr. Deputado Pinto de Meyrelles Barriga*», «*A Firma Jorge Botelho Moniz & Juliana Couceiro Tavira*» e tantas outras que seria longo enumerar aqui. Era sempre a mesma prosa acutilante e cintilante de vida e de poder de comunicação, que tanto era assimilada pelo catedrático como pelo empregado de balcão. A clareza de seu estilo tinha esse poder singular e único. E isso o fazia temível, o tornava temível, porque lhe grangeava público nas classes mais díspares da grei.

E também, para além da sua aguerrida acção polémica, ficam desta data alguns ensaios do Mestre: o estudo «*Coelho da Rocha e Camilo Castelo Branco*», publicado em separata da «*Gil Vicente*», «*A Naturalidade de Francisco Sanches*» e o livro de doutrina que intitulou «*As Três Verdades Vencidas*». Sempre o mesmo grande saber, sempre a mesma vivacidade de estilo, e até ao fim, a posse de uma lógica de ferro e aquela maneira pessoal de ser e de pensar que o situou, sem favores, como o maior pensador contra-revolucionário do nosso século.

E também, sempre, até ao fim, o Mestre de Pensamento que a juventude escolhera, elegera e aclamara. Em Lisboa, um grupo de novos chama-o para ele ser o guia de um jornal de doutrina e de combate. E ele seguiu os novos que lançaram no mundo da imprensa pantanosa de então o semanário «*A Nação*» onde o polemista atingiria o alto nível de sempre. Esses novos foram José O'Neill e Manuel da Costa Figueira que fizeram um jornal único na Europa, depois do final da guerra de 1934; só comparável a ele o «*Je Suis Partout*» que Robert Brasillach dirigiu antes de ser fuzilado. É ainda com os jovens de Coimbra — Caetano de Mello Beirão, Fernando Meira Ramos, José Vitorino de Pina Martins e muitos outros, entre os quais eu próprio — que ele surge no jornal «*Mensagem*» e publica as «*Cartas Monárquicas*», onde escreveria: «Falar à gente nova, aos rapazes dos vinte anos que, de consciência pura, e de espírito ansioso de se definir e determinar, me procuram é dos maiores prazeres intelectuais que me podem ser oferecidos». E, definindo aqueles anos do pós-guerra como sendo de trágica confusão, pormenorizava: «Deste babelismo de linguagem, desta cavalgada louca de uma neo-semântica, saiu a mais lastimável confusão. Democracia, República, Comunismo, Pessoa humana, Catolicismo, Livre-Pensamento, Ditadura, Guerra, Paz, etc., são termos que andam de boca em boca, nas discussões alarves dos cafés e das redacções, nos discursos hipócritas dos Estadistas, nas

conferências mais ou menos ineptas dos diplomatas, nas proclamações mais ou menos retóricas dos condutores de povo — mas aguardam agora uma definição decente que todos aceitam». Isto escreveu ele aos escolares de Coimbra, em 1948. E não é verdade que os tempos de hoje são tal e qual os tempos da Europa desse ano longínquo de 1948? Que é o mundo deste ano em que se vai comemorar o centenário do nascimento de Alfredo Pimenta, senão este, que ele já definira e assinalara? Com esta diferença apenas: nessa altura, tínhamo-lo a ele para nosso guia e mentalizador e, agora, o País vive a segura agre da falta de mestres que digam aos novos de hoje qual o caminho a seguir, a bússola por que se orientar, o rumo que deve ser tomado. Isto quando a partidocracia mostrou já o que era e se afirmou em toda a plenitude do seu não-valor e da sua impotência, e quando o caos conduz colectivamente toda a nação para o abismo, sem haver ninguém que trave tal estado de coisas.

Adivinhando os tempos que nos esperavam Alfredo Pimenta leu aos «amigos de Braga» a sua derradeira mensagem ideológica, aqui em Guimarães, em Outubro de 1947. Relidas, hoje, as suas palavras são proféticas. Meditadas, as suas palavras são dramáticas. Nada do que profetizou dramaticamente saiu errado. Mas altaneiramente essa mensagem ergueu-se e ergue-se das trevas da noite para nos acordar para a vigília que é preciso que se faça. Chamou-lhe Alfredo Pimenta «*Em Defesa da Portugalidade*». E foi em defesa dela que ele lutou até ao fim, sem um desfalecimento, sem uma hesitação, sem um laivo de medo ou de covardia, sem um segundo de descrença. Vale a pena reler essas páginas que são o seu testamento político e ideológico, porque é único, e singular.

O seu derradeiro trabalho de crítica proferiu-o em Braga, no salão nobre da Câmara Municipal e intitula-se «*Guerra Junqueiro*». É um trabalho notável de exegese e de crítica, de isenção e de amor. Leu a sua lição a 13 de Março e eu fui uma das centenas de pessoas que o escutaram, embevecidas com a pureza da sua crítica, com a maviosidade da sua voz, com a plástica vocal da sua leitura dos versos do poeta dos «*Simples*». Nunca mais o voltei a ver vivo. Aos meus ombros, tendo como meu par Manuel Alves de Oliveira, o tirei da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira a caminho da Capelinha da Madre de Deus, onde, aos meus ombros ainda e dos do amigo referido, Alfredo Pimenta entrou naquela que é a sua última morada. Morrerá um Homem e eu acompanhei-o até ao fim, até ao limiar daquele túmulo de granito onde jaz com a saudade perpétua dos seus amigos e dos seus admiradores. Ali o deixei. Ali volto muitas vezes

para beijar comovidamente a lage fria que o cobre e que o separa de todos nós. Acompanhei-o até ao fim. Ainda hoje o acompanho, onde o seu nome seja invocado como «santo e senha» da minha perene amizade.

Foi por isso — meu amigo Antonino Dias de Castro — que eu vim em resposta ao seu apelo. Tal como ele citou um dia — «Chamaram por mim? Pois bem: aqui estou e como sempre de cara descoberta», também aqui vim pela invocação do seu nome, e aqui estive de cara descoberta dizendo o que sentia sobre o amigo grande que perdi. Perdoe-me se não estive à altura do que me incumbiu. Mas creia que o que eu disse foi sincero e, sobretudo, muito sentido. Perdoe-me, repito, se não interpretei os seus desejos. Fiz o que sabia. Fiz aquilo que pude.

*Amândio César*